Audiências Públicas e Seminários

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Audiência Pública

QUARTA-FEIRA 15/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 14h

Assunto / Finalidade: Instruir a discussão acerca do **Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015**, que "Altera a Lei nº 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da Constituição Federal, para ampliar o alcance das medidas antitabaco".

Requerimento(s) de realização de audiência: – REQ 15/2019 – CCJ, Senadora Leila Barros

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): – PLS 769/2015, Senador José Serra

Participantes:

· GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF, Gerente Substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco (representante de: WILLIAM DIB, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária)
· ALEKSANDER BLAIR MORAES E SOUZA, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (representante de: MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil)
· JAIME RECENA, Diretor de Relações Governamentais e Projetos Especiais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) (representante de: PAULO NONAKA, Presidente do Conselho Nacional de Administração da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL)
· Sra. TÂNIA CAVALCANTE, Secretária-Executiva do CONICQ/INCA/MS Apresentação INCA
· Sr. IRO SCHÜNKE, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – SINDITABACO
· TICIANA IMBROISI, Assessora de "Advocacy" da ACT Promoção da Saúde (representante de: PAULA JOHNS, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde)

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

Medidas Provisórias

_

14/05/2019 (TERÇA-FEIRA)

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO/CONTINUAÇÃO – 10h

MEDIDA PROVISÓRIA N° 873, DE 2019 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 873, adotada em 1 de março de 2019, que "Altera a consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Último estado: Instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente.
Prazos abertos ou suspensos: 01/03/2019 – 29/04/2019**:** Deliberação de Medida Provisória – Vigente
15/04/2019 em diante: Tramitação em regime de urgência
Situação: Vigente

RESULTADO: Em 08/05/2019, a Reunião é aberta e é instalada a Comissão. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 14/05/2019. Em 14/05/2019, a reunião é cancelada.

DELIBERATIVO – 14h30

MEDIDA PROVISÓRIA N° 872, DE 2019 – Altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Presidente: Deputado Mauro Benevides Filho
Relator: Senador Telmário Mota

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 872, adotada em 31 de janeiro de 2019, que "Altera a lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da união, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre Cooperação Federativa no âmbito da Segurança Pública."

Assunto / Finalidade: Apreciação de Relatório.
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Último estado: Matéria com a Relatoria.
Prazos abertos ou suspensos: 04/02/2019 – 03/06/2019**:** Deliberação de Medida Provisória Vigente (prorrogado)
21/03/2019 em diante: Tramitação em regime de urgência
Situação: Vigente

RESULTADO: Aprovado o Relatório do Senador Telmário Mota, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 872, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas.

15/05/2019 (QUARTA-FEIRA)

APRECIAÇÃO DE RELATÓRIO – 9h

MEDIDA PROVISÓRIA N° 875, DE 2019 – Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família e para Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, residentes no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 875, adotada em 13 de Março de 2019, que "Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e para Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da assistência social e da renda mensal vitalícia, residentes no município de brumadinho, estado de minas gerais, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional."

Presidente: Deputado Padre João
Relator: Senador Antonio Anastasia

Assunto / Finalidade: Apreciação de Relatório
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Último estado: Matéria com a Relatoria
Prazos abertos ou suspensos: 13/03/2019 – 11/05/2019: Deliberação de Medida Provisória Vigente
Situação: Vigente

RESULTADO: Reunião não realizada.

REUNIÃO DE TRABALHO – 14h30

MEDIDA PROVISÓRIA N° 876, DE 2019 – Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 876, adotada em 14 de Março de 2019, que "Altera a lei nº 8.934, de 18 de Novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins."

Presidente: Senador Jorginho Mello
Relator: Deputado Aureo Ribeiro

Assunto / Finalidade: Apreciação do Plano de Trabalho.
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Último estado: Matéria com a Relatoria
Prazos abertos ou suspensos: 14/03/2019 – 12/05/2019: Deliberação de Medida Provisória Vigente
Situação: Vigente

RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), de autoria do Deputado
Aureo Ribeiro, Relator da matéria.

PLENÁRIO

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sessão Deliberativa Ordinária

Terça-FEIRA 07/05

LOCAL: Plenário

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2015 – Altera os arts. 52 e 153 da Constituição Federal, para estabelecer condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Autor: Senador Tasso Jereissati e outros (Primeira sessão de discussão, em primeiro turno)
Relator: Senador Antonio Anastasia.
Parecer favorável, sob nº 98, de 2016, da CCJ.

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Encerrada a terceira sessão de discussão, em primeiro turno.

Comissões

–

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 14/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15 – 11h

15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 42, DE 2019 – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional de Segurança de Barragens.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)
ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 14/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 – 11h

PROJETO DE LEI N° 1452, DE 2019 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)
Relatoria: Senador Carlos Viana
1 Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações: 1. Após análise da CI, matéria vai à CMA, terminativamente. 2. Votação simbólica.
TRAMITAÇÃO: CI – CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado o relatório.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 20, DE 2019 – Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997,
4 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências".

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 21, DE 2019 – Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 20, de 2019-CI, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que "dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de
5 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências".

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 15/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 – 10h

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 51, DE 2019 – Não Terminativo – Altera o art. 159 da Constituição para aumentar para 26% (vinte e seis por cento) a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Weverton (PDT/MA)
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Favorável à Proposta

TRAMITAÇÃO: CCJ
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Vista concedida ao Senador Angelo Coronel e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 15/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 11h

1	PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2018 – Não Terminativo – Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados Relatoria: Senador Lasier Martins Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observações: – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. – Votação simbólica. **TRAMITAÇÃO: CRA** **CABE VISTA: SIM** **ORIENTAÇÃO: Favorável** **RESULTADO: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com Requerimento de urgência (item 9). A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.**
2	PROJETO DE LEI N° 575, DE 2019 – Não Terminativo – Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR) Relatoria: Senador Lasier Martins Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T. Observações: – Em 19/02/2019, durante o prazo regimental, a Senadora Soraya Thronicke apresenta a Emenda 1-T perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. – Votação simbólica. **TRAMITAÇÃO: CRA –** CAE **CABE VISTA: SIM** **ORIENTAÇÃO: Favorável ao projeto** **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório.**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 11, DE 2019 – Requer a realização de audiência pública para debater a importância de políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio.

3

Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS)
Observações: – Lido em 08.05.2019. – Votação simbólica.

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado.

AVISO N° 38, DE 2018 – Não Terminativo – Encaminha cópia do Acórdão nº 2212/2018 – TCU, que trata de fiscalização da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (TC 019.286/2017-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Nelsinho Trad
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.
Observações: – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. – Votação simbólica.

4

TRAMITAÇÃO: CRA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Conhecida a matéria, é aprovado Parecer pelo arquivamento do AVS 38/2018. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 324, DE 2018 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: – Votação nominal.

5

TRAMITAÇÃO: CRA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável

RESULTADO: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto.

6	PROJETO DE LEI N° 658, DE 2019 – Terminativo – Acrescenta-se o artigo 5°A a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) Relatoria: Senador Otto Alencar Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Observações: – Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar. – Votação nominal. **TRAMITAÇÃO: CRA** **CABE VISTA: SIM** **ORIENTAÇÃO: Acompanhar** **RESULTADO: Adiado.**
7	PROJETO DE LEI N° 661, DE 2019 – Terminativo – Acrescenta o § 4° ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) Relatoria: Senador Acir Gurgacz Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Observações: – Votação nominal. **TRAMITAÇÃO: CRA** **CABE VISTA: SIM** **ORIENTAÇÃO: Favorável** **RESULTADO: Adiado.**
8	REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 12, DE 2019 – Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as demandas para o Plano Safra 2019/2020 que a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) constatou nas Regiões Brasileiras e que será apresentado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Discutiremos as propostas que contemplam pontos como a garantia da previsibilidade orçamentária, a redução da burocracia, o aperfeiçoamento dos programas já existentes, o incremento no volume de crédito e a oferta dos recursos em poca compatível com o calendário da atividade, além de fontes alternativas de crédito e redução da taxa de juros. Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) **ORIENTAÇÃO: Acompanhar** **RESULTADO: Aprovado.**

9	REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 13, DE 2019 – Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PLC Nº 122, DE 2018. Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS) **ORIENTAÇÃO: Acompanhar** **RESULTADO: Aprovado.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 15/05

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 – 9h

3	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 132, DE 2018 – Terminativo – Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho. Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES) Relatoria: Senador Paulo Paim Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observações: Em 08/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **TRAMITAÇÃO: CAS** **CABE VISTA: NÃO** **ORIENTAÇÃO: Acompanhar** **RESULTADO: Durante a discussão, é aprovado o Requerimento nº 57, de 2019-CAS, para a realização de Audiência Pública para a instrução da matéria.**

4	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 357, DE 2015 – Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes. Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) Relatoria: Senador Chico Rodrigues Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. Observações: 1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 10/04/2019. 2- O Senador Chico Rodrigues apresentou relatório reformulado em 29/04/2019. 3- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **TRAMITAÇÃO:** CE – **CAS** **CABE VISTA: SIM** **ORIENTAÇÃO: Acompanhar** **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame.**